



DO DOCE AO DELITO: ETNOGRAFIA DA POROSIDADE ENTRE TRABALHO INFANTIL E ATO INFRACIONAL

Larissa Viana

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
São Paulo

FROM CANDY TO DELICT: AN ETHNOGRAPHY ON THE INTERCONNECTIONS BETWEEN CHILD LABOR AND JUVENILE OFFENSES

Larissa Viana

Brazilian Center for Analysis and Planning and São
Paulo Research Foundation

Resumo

O artigo apresenta e analisa a trajetória de vida de Enzo¹ – a partir da sua própria narrativa – um adolescente brasileiro acompanhado por meio de metodologia etnográfica durante o cumprimento de medida socioeducativa (MSE) em meio fechado e, posteriormente, em meio aberto. Revela como a precariedade estrutural impeliu o adolescente ao trabalho infantil iniciado com venda de doces nas ruas aos nove anos. Destaca a porosidade das fronteiras que envolve trabalho infantil entre o informal, o ilegal e o ilícito, demonstrando que a transição para atos infracionais não é uma ruptura, mas uma intermitência que se configura enquanto busca pela subsistência em territórios marcados pela violência policial e pela ausência do Estado na forma protetiva. Enzo vivencia o paradoxo de acessar direitos básicos, como alimentação regular e moradia salubre, apenas quando privado de liberdade. Conclui-se que a medida socioeducativa evidencia a ineficiência do sistema de garantia de direitos, que falha em interromper ciclos de vulnerabilidade antes que a repressão policial e a sujeição criminal se tornem a principal forma de presença estatal na vida dessas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Etnografia; Trabalho infantil; Precariedade estrutural; Illegalismos; Sujeição criminal

Abstract

The article presents and analyzes the life trajectory of Enzo—based on his own narrative—a Brazilian adolescent followed through ethnographic methodology while serving a socio-educational measure in a closed facility and, subsequently, in an open-environment setting. It reveals how structural precariousness drove the adolescent into child labor, which began with selling candy on the streets at the age of nine. It highlights the porosity of the boundaries regarding child labor between the informal, the illegal, and the illicit, demonstrating that the transition to juvenile offenses is not a rupture, but rather an intermittency configured as a search for subsistence in territories marked by police violence and the absence of the State in its protective form. Enzo experiences the paradox of accessing basic rights, such as regular meals and healthy housing, only when deprived of liberty. It is concluded that the socio-educational measure highlights the inefficiency of the rights-guarantee system, which fails to interrupt cycles of vulnerability before police repression and criminal subjection become the primary form of state presence in the lives of these children and adolescents.

Keywords: Ethnography; Child labor; Structural precariousness; Illegalisms; Criminal subjection

¹ Nome fictício para assegurar sua segurança e proteção, como aprovado sob o número CAAE 82023724.6.0000.5509 na Plataforma Brasil e os sujeitos participantes da pesquisa (ou responsáveis, no caso de menores de idade) consentiram ou assentiram em participar

Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa de pós-doutoramento (PD) em desenvolvimento intitulada “Trajetórias em territórios e rede de crianças e/ou adolescentes (CAs) em trabalho infantil (TI) que envolvam a participação no comércio varejista de drogas no bairro de Vila Nova em Santos-SP” (CEBRAP/FAPESP) que, por sua vez, compõe a pesquisa “Reordenamento do Sistema de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes submetidas ao trabalho infantil em Santos” (CEBRAP/FAPESP – 2024-2027), cujo objetivo geral é contribuir para o reordenamento do Sistema de Garantia de Direitos em sua atuação voltada a crianças e adolescentes inseridas nas piores formas de trabalho infantil (TI), realizada no município de Santos, estado de São Paulo, Brasil. Santos é a cidade onde está localizado o maior e mais importante porto da América Latina, o que gera impacto territorial, econômico, social e político em toda região da Baixada Santista, sendo esta composta por nove municípios, entre eles Santos e Guarujá.

Parte da pesquisa em desenvolvimento tem sido realizada a partir de metodologia etnográfica. Um dos campos tem sido etnografar a trajetória de vida de um adolescente em cumprimento de MSE. Este campo foi iniciado em 2025 quando ele cumpria MSE em privação de liberdade na Fundação Casa Guarujá (FCG)² e continuou quando o adolescente passou a cumprir MSE em meio aberto. A mudança da privação de liberdade para o meio aberto possibilitou, após quatro meses de etnografia em espaço fechado, passar a realizá-la

em espaço aberto, com circulação por diversos espaços públicos e privados de acesso público do município de Santos onde Enzo reside com a família.

A partir da trajetória de vida de Enzo, marcada pela precariedade habitacional, educacional, alimentar, de cuidados, uma precariedade estrutural que o leva ao trabalho infantil e à intermitência deste com atos infracionais, se desvelam relações e conexões com o espaço urbano atual e com os modos de vida.

Conforme apontam Telles e Hirata (2007, p. 186), “são histórias minúsculas que se fazem nas dobraduras do mundo social, nesses pontos de junção e conjugação da trama urbana nas fronteiras incertas entre o informal, o ilegal e o ilícito”. O acompanhamento etnográfico de Enzo evidencia que essas fronteiras não operam como linhas estanques, mas como zonas cinzentas e porosas. Essa porosidade conceitual entre legal, informal, ilegal e ilícito desafia as dicotomias tradicionais e apontam a composição de modos de vida e trama urbana (Telles, 2012).

Na sequência desta introdução, a primeira parte do artigo funciona enquanto apresentação metodológica da pesquisa de campo, ao mesmo tempo que apresenta a entrada e realização do campo no espaço fechado da FCG a partir de uma narrativa da pesquisadora em primeira pessoa que expõe tensões metodológicas, éticas e afetivas. A segunda parte apresenta a trajetória de vida de Enzo que atua como guia de condução para percepção das precariedades estruturais e do intercruzamento entre o trabalho infantil e práticas infracionais, revelando como a desproteção estrutural que leva à circulação precoce pelas ruas e a necessidade de subsistência molda uma subjetividade marcada pela precariedade estrutural e pela violência policial. Por fim, são realizadas breves reflexões acerca da paradoxal garantia de direitos básicos que Enzo acessa ao ingressar no sistema socioeducativo, articulando esse percurso às discussões sobre sujeição criminal (Misse, 2008) e violências estruturais.

2 Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) é vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, aplica medidas socioeducativas conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Atendendo jovens de 12 a 21 anos incompletos em São Paulo, a Fundação executa medidas de privação de liberdade e semiliberdade, determinadas pelo Poder Judiciário, garantindo os direitos previstos em lei, pautando-se na humanização, e contribuindo para o retorno do adolescente ao convívio social. Disponível em: <https://www.sp.gov.br/sp/institucional/estrutura/fundacoes/fundacao-casa>. Acesso em 03 de março de 2026.

Trajetória do campo

Conheci Enzo, então com 16 anos, em minha primeira visita a uma unidade da Fundação Casa na Baixada Santista, acompanhada das técnicas do CREAS³ de Santos, município onde sua família reside. Embora pesquise há mais de uma década em espaços abertos, essa experiência inaugurou minha atuação em instituições fechadas, onde o controle rígido do ambiente limita as dinâmicas e possibilidade de explorarmos outros formatos, como caminharmos juntos, por exemplo.

Enzo é um adolescente alto, se reconhece como branco, bastante comunicativo e foi indicado para a pesquisa pela própria equipe da unidade⁴. Em um dos braços tem uma grande tatuagem com desenhos que misturam cifrões e palhaços, é a chamada tatuagem do crime. Cabeça raspada, como dos demais garotos ali que nesse primeiro dia pude ver rapidamente; constante olhar para baixo, falando sempre “sim, senhora; claro, senhora; obrigado pela oportunidade, senhora”.

Senti um incômodo com essa postura automatizada, mas, compreendendo o contexto e refletindo sobre o porquê dela, sobre ser um lugar onde não há espaço para a discordância. No entanto, não intervi na formalidade de imediato, minha experiência indicava que, apesar daquele início burocrático, conseguiríamos transcender as amarras institucionais para construir um vínculo real de confiança, o que de fato ocorreu.

Apesar da nossa diferença geracional, conseguimos estabelecer um vínculo onde a conversa flui sobre assuntos diversos e ele se sente à

vontade para contar sua trajetória de vida. Vínculo este que veio a se firmar não por mediação institucional, mas pela presença regular em campo, pelo interesse na história de vida, pela conversa marcada como sincera e confidencial. Ao me permitir também ser interpelada por Enzo e responder com sinceridade às suas perguntas pessoais, estabelecemos uma base de reciprocidade: ambos têm o direito de perguntar e a liberdade de não responder. Estes elementos constituíram uma dimensão importante de confiança a partir de um rompimento com a hierarquia.

Para estimular o relato de sua trajetória, lemos juntos *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva. A obra, que narra os impactos de um acidente na juventude do autor, serviu como guia para Enzo, que nunca havia lido um livro, organizar seu próprio pensamento. A estratégia funcionou e Enzo passou a narrar sua história, permeada por uma intermitência permanente entre trabalho infantil e atos infracionais, características de infâncias desprotegidas e com direitos básicos violados.

Trajetória de vida

A história de vida de Enzo tem evidenciado percursos marcados por precariedades estruturais, trabalho infantil, circulação precoce pelas ruas, ilegalismos e contato contínuo com a institucionalização. Desde os nove anos está submetido ao trabalho infantil com a venda de doces nas ruas, construindo assim sua própria estrutura de subsistência em meio às precárias condições de vida familiar e ao abandono estrutural do Estado, que deveria garantir segurança e proteção à infância.

O ambiente familiar é atravessado por precariedades que se sobrepõe. Enzo cresceu em um cortiço, habitação caracterizada pela subdivisão do espaço em cômodos de modo a abrigar diversas famílias que coabitam de forma involuntária. É ainda característica desse tipo de habitação a insalubridade, já que a maioria dos cômodos não possui iluminação e ventilação natural. A presença do pai é intermitente, este faz uso abusivo de substâncias e passou a maior parte da vida de Enzo no sistema prisional. As responsabilidades

3 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>. Acesso em 03 de março de 2026.

4 Como a pesquisa tem como territorialidade o município de Santos e a FCG recebe adolescentes de várias cidades da Baixada Santista, um dos critérios para indicação foi de que a família residisse no município de Santos.

com a criação, cuidado e sustento dos filhos e da casa são acumuladas pela mãe que, além de Enzo, tem mais três filhos. A mãe acumula subempregos mal remunerados, trabalhando por volta de 12h por dia. Para isso sai de casa muito cedo, antes mesmo do horário de acordar os filhos para escola ou creche, o que, não raras vezes, faz com que os filhos falem às aulas. Enzo cresceu pedindo comida nos bares e restaurantes da região onde vive, fora isso em casa se alimentava basicamente de macarrão instantâneo ultraprocessado, sem riqueza nutritiva alguma.

Já o território urbano é vivido por Enzo de forma ambígua, onde este se caracteriza por ser espaço de sociabilidade e também cenário de violência policial. A relação com a polícia tem aparecido como elemento estruturante da trajetória de Enzo que, ao longo da pesquisa, tem narrado abordagens violentas sofridas, ainda por volta dos dez anos de idade, como apreensão dos doces que vendia nas ruas, ameaças de choque e de tiro, além de perseguição com a viatura com ameaças de atropelamento. Ao relatar violência psicológica destaca: “havia policiais que gostavam de ficar com aquele aparelho de choque bem perto da minha barriga, ameaçando de encostar e dar choque. Eles ficavam ameaçando até eu chorar, porque eu era bem pequeno, aí chorava e eles começavam a rir”. Nesse momento da infância, por volta dos 10 anos de idade, Enzo se encontrava em completa desproteção nas ruas, entendendo, sozinho, as dinâmicas do cotidiano das ruas a partir da venda de doces em semáforos. Nesse contexto se junta a outras crianças e adolescentes que também estão nas ruas em situações distintas. O assujeitamento criminal segue em sua narrativa onde destaca que atualmente a polícia constantemente o aborda para impedir que circule por determinado território: “eles alegam prevenção por conta do meu histórico de infrações”. Já o Estado, nas narrativas de Enzo, não oferece proteção, ao contrário, aparece enquanto polícia que o coloca em suspeição constante (Misse, 2008), mesmo antes de cometer qualquer ato infracional. É o que o autor vai definir como sujeição criminal ao discorrer sobre as práticas sociais onde “[...] a incriminação pode se antecipar preventivamente à criminalização: antes

que haja crime, há um criminoso potencial desse crime a ser incriminado” (Misse, 2008, p. 379).

Enzo tem, ainda, histórico intermitente de relação com a escola e apresenta histórico de evasão escolar. Esta tem se apresentado, de modo geral, como uma realidade para crianças e adolescentes que exercem trabalho infantil nas ruas, uma vez que a dinâmica de circulação nas ruas impõe uma dedicação necessária para se consolidar enquanto pertencente ao espaço, aderindo aos códigos cotidianos de sociabilidade de circulação nas ruas.

A evasão escolar é comum entre esses adolescentes e está quase sempre associada ao trabalho precoce – seja ele o trabalho ilegal no tráfico de drogas ou o trabalho legal, mas, igualmente precário e explorador na construção civil, no comércio ou em outras atividades mal-remuneradas, sem quaisquer garantias ou direitos (Galdeano e Almeida, 2018, p. 124).

Soma-se a isso o fato de que o dinheiro arrecadado com as vendas dos produtos torna a rua mais atrativa do que o ambiente escolar. Essa rentabilidade imediata não apenas supre demandas de consumo e subsistência familiar, mas também legitima o pertencimento do jovem ao território urbano. Deste modo, o valor econômico e o valor simbólico conquistados na rua se inter cruzam e se sobrepõem ao espaço escolar.

Entre o trabalho com venda de doces que, embora seja uma cadeia de produto legal é um trabalho ilegal por ser trabalho infantil, o abandono do cotidiano escolar e o convívio com pares em situação semelhante, Enzo narra deslizamentos que integram o ilegalismo à sua vida cotidiana. A entrada na prática infracional do roubo, por volta dos treze anos, não surge como ruptura, mas como extensão de práticas já consolidadas de sobrevivência e circulação nas ruas. Embora seja “muito comum que a adesão de um jovem favelado a um coletivo criminal seja interpretada pelo senso comum como ruptura, tanto em relação à ordem social, quanto no que tange à sua própria trajetória pessoal” (Lyra, 2020, p. 104) não é isso que a trajetória de Enzo tem apresentado.

O que a trajetória de Enzo e outras pesquisas realizadas e em andamento, também com

trajetórias de crianças, adolescentes e jovens, têm demonstrado é que não há exatamente uma ruptura com o trabalho em cadeia de produtos legais quando a criança ou adolescente passa a cometer atos infracionais. Como apontam Galdeano e Almeida (2018), a dinâmica do trabalho infantil na rua não é uma coisa ou outra, o legal ou o ilegal. Tais atividades, cadeia de produtos legais e atos infracionais, se inter cruzam a partir da dinâmica das ruas e do senso de oportunidade, sendo possível e comum realizar as duas em um mesmo dia, transitando fronteiras porosas, que desafiam a ideia de uma dicotomia de universos entre o legal e ilegal (Telles, 2012) e expondo, na verdade, que a dinâmica de circulação entre legal, informal, ilegal e ilícito se inter cruza constantemente.

Com raríssimas exceções, os adolescentes que entrevistei ao longo de uma década de pesquisa de campo eram todos trabalhadores natos. Versáteis e incansáveis, desde a mais tenra idade foram socializados no mundo do trabalho precário, sacrificando a escola e as brincadeiras de criança para catar latinha [...] vender bala no trem, vender cerveja na praia [...] a bifurcação que se apresenta na vida desses adolescentes, separando-os do futuro idealizado para toda criança, não é o crime, mas o trabalho. É pela necessidade precoce de trabalhar para complementar a renda da família que a desestruturação de seus projetos de vida começa, pavimentando o caminho para sacrifícios futuros ainda maiores, como, por exemplo, o envolvimento com o tráfico local (Lyra, 2020, p. 111).

Assim como o exposto pelo autor, o que tem se observado a partir da “história minúscula” da trajetória de vida de Enzo é que esta revela similaridade com tantas outras trajetórias de vida atravessadas pela precariedade habitacional, econômica, social, que leva a criança à exploração do trabalho infantil na infância, trabalho precário e mal remunerado, e que inter cruza atos infracionais e trabalhos em mercados ilícitos. São características de precariedade que se sobrepõem e que Misse (2008, p. 379) vai chamar de “acumulação social” [que] designa um complexo de fatores, uma síndrome, que envolve circularidade causal

acumulativa”, cujos fatores “se enroscam cumulativamente” (*idem, ibidem*).

O meio aberto e os marcadores da sujeição criminal

Enzo tem entrado e saído da Fundação Casa desde os 13 anos, recentemente saiu do seu terceiro cumprimento de MSE em privação de liberdade. A repetição do cumprimento da medida em uma idade tão jovem evidencia a insuficiência do caráter socioeducativo do sistema e corrobora com Machado (2026, p. 12): “[...] o funcionamento da política que organiza o cumprimento de medida socioeducativa nega a história em que a infração é realizada”. Na prática, há uma negação do contexto estrutural, marcado pela desproteção da infância com negação de direitos básicos, para focar estritamente no punitivo. Essa perspectiva se conecta ao debate proposto por Hahne (2026, p. 18) acerca de que “[...] processos justificados por certa ideia de responsabilização individualizam a questão do ato infracional no adolescente, fazendo parecer que a medida estaria desconectada da vida politicamente (intencionalmente) produzida”. O caso de Enzo ilustra exatamente essa lógica, onde a reiteração das internações passa a ser lida como “fracasso individual”, ocultando o fato de que a trajetória do adolescente é fruto da desproteção social. Após a privação de liberdade, ao retornar ao mesmo contexto desprovido de proteção social, a medida socioeducativa se limita a um ciclo burocrático de encarceramento que, sem articulação inter setorial, não possibilita estrutura que promova transformação da realidade de vidas como as de Enzo.

Com a saída da FCG o adolescente está dando continuidade ao cumprimento de MSE em meio aberto e tem participado ativamente da pesquisa, mas a precariedade estrutural da sua vida familiar segue a mesma. A volta ao cotidiano fora da privação de liberdade impõe a Enzo o desafio de lidar com a inalterada precariedade das condições de vida familiar. Essa situação permanente da vulnerabilidade se estende ao espaço público onde, nas ruas, suas tatuagens, chamadas de tatuagens

do crime, feitas aos quinze anos, emergem como marcadores corporais que acionam vigilância policial, evidenciando como aparência, corpo e estigma produzem desigualdades e riscos. Esses marcadores acionam uma dinâmica de sujeição criminal ao deslocarem o evento para o sujeito, conforme a formulação de Misse (2008), onde, ainda de acordo com o autor, a sujeição criminal: “[...] é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso [...] Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado” (Misse, 2008, p. 380). A análise de Misse ilumina perfeitamente a rotina de Enzo, onde a combinação entre o território vulnerável, histórico de institucionalização e as tatuagens atua como uma sentença antecipada. O Estado, que tem falhado em garantir proteção durante toda sua trajetória, atua com eficácia na manutenção de sua sujeição.

Ainda segundo Misse (2010, p. 17), a rotulação “[...] como ‘bandido’, sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” impacta profundamente a identidade pública e íntima do indivíduo. Esse rótulo adquire um caráter tão rígido e reificado que restringe drasticamente as margens de manobra para que o sujeito consiga negociar, manipular ou se desvencilhar dessa identidade estigmatizada (*idem*).

Assim, a sujeição criminal opera de modo a fixar no corpo do adolescente uma identidade inalterável de suspeito. No espaço urbano de Santos, as marcas corporais e a origem social de Enzo ativam e justificam uma rotina de violência e vigilância que o Estado perpetua nas dobras da cidade, amarrando definitivamente sua trajetória a uma engrenagem de criminalização prévia.

Reflexões finais

Os modos de vidas de adolescentes em situação de precariedade estrutural, como é o caso de Enzo, não podem ser reduzidos a trajetórias individuais, mas devem ser compreendidos como

efeitos de desigualdades estruturais, ausência de políticas públicas intersetoriais e presença seletiva e violenta do Estado. A trajetória de Enzo revela a contradição perversa onde para alcançar direitos fundamentais como segurança alimentar e uma moradia salubre, com ventilação e iluminação adequadas, ele precisou primeiro sofrer a violação estrutural desses mesmos direitos em seu cotidiano. Foi somente ao ingressar no cumprimento de medida socioeducativa na FCG que esses mínimos sociais foram garantidos. Essa realidade evidencia que para adolescentes como Enzo a dignidade constitucional é negada na liberdade e paradoxalmente viabilizada na reclusão. Contudo, ao deixar o sistema, o adolescente retorna para a mesma vulnerabilidade anterior, agora agravada pela violência do estigma e do assujeitamento criminal produzidos pelo próprio Estado.

O caso de Enzo revela uma estrutura falha na proteção e garantia de direitos. Um reordenamento eficaz exige que a proteção social chegue ao território antes da viatura policial. A necessidade da MSE aponta para uma falência das instâncias protetivas que deveriam ter atuado na vida de Enzo nos primeiros anos de venda de doces na rua, de forma intersetorial para possibilitar alteração estrutural na vida da família a partir da proteção. Para isso, é indissociável um trabalho intersetorial acerca das desproteções estruturais que condicionam essas infâncias. A trajetória que conduz a criança e o adolescente da venda de balas ao ato infracional assenta-se sobre a base histórica estrutural de desassistência e do estigma territorial, oriundos da desproteção social estatal.

Ademais, a violência policial relatada por Enzo desde os dez anos de idade não pode ser interpretada como um excesso isolado, mas como uma engrenagem de controle social territorializado. O Estado, ao se omitir na garantia de direitos sociais, opta por fazer-se presente em determinados territórios por meio de seu aparato repressivo e militarizado. Essa atuação a partir do terror e da suspeição constante forja uma subjetividade marcada pelo trauma e pela exclusão política, culminando na produção sistemática da sujeição criminal.

Quando o corpo da criança, do adolescente e do jovem passa a portar as marcas estigmatizadas

da rua e da privação de liberdade, ocorre a fusão plena entre o sujeito e o potencial crime descrita por Misse (2008), ainda que este possa vir a não se realizar. Essa realidade mitiga suas possibilidades institucionais fora do circuito punitivo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil, por meio do Edital Programa de Pesquisa em Políticas Públicas e bolsa de pós-doutorado e pós-doutorado com estágio de pesquisa no exterior (Processos nº 2024/14176-8 e 2025/19182-9).

Referências bibliográficas

- Galdeano, A. P., & Almeida, R. (Orgs.). (2018). *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*. CEBRAP.
- Hahne, B. (2026). *No interior da medida socioeducativa: Itinerários narrativos e encontros como resistência*. Blucher Open Access.
- Lyra, D. (2020). Operários da firma: Mundo do trabalho no mundo do crime. *Antropolítica*, (50). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i50>
- Machado, A. (2026). Prefácio: Sustentar a falta de ar. Em B. Hahne, *No interior da medida socioeducativa: Itinerários narrativos e encontros como resistência* (pp. 11-13). Blucher Open Access.
- Misse, M. (2008). Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 8(3), 371-385. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4864>
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (79), 15-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>
- Telles, V. (2012). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Fino Traço.
- Telles, V., & Hirata, D. (2007). Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 19(2), 173-185. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>

Larissa Viana: Arquiteta Urbanista. Mestre e doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Pesquisadora do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NEU/

CEBRAP) e do Laboratório de Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (LabJuta/UFABC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6111-9043>. Email: larissa.aviana@gmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de abril de 2026. Aprovado para publicação a 7 de setembro de 2026.